



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O PESCADOR ENTRE TERRAS E MARES: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE DA PESCA ARTESANAL NA PRAIA DO JOÃO PAULO (FLORIANÓPOLIS-SC)

Autores:

Paulo André Fukuta da Cruz - UDESC - paulofukuta@gmail.com

Resumo:

Artigo elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, sobre o tema de cooperativa familiar para pescadores artesanais. O enfoque foi dado para a pesca artesanal açoriana praticada no litoral catarinense. Através do resgate histórico realizado com leituras sobre o período colonial até aos dias atuais, pode-se constatar o enfraquecimento desta modalidade pesqueira diante da perda de seu território pesqueiro para a especulação imobiliária, para o turismo e na disputa direta com a pesca industrial. Realizando-se, também, um estudo de caso com a comunidade de pescadores artesanais do bairro João Paulo, Florianópolis-SC, que sonham em fundar uma cooperativa familiar. Assim como eles, espera-se que as cooperativas familiares possam ser uma das alternativas para a continuidade da pesca artesanal.

O PESCADOR ENTRE TERRAS E MARES: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE DA PESCA ARTESANAL NA PRAIA DO JOÃO PAULO (FLORIANÓPOLIS-SC)

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta as investigações teóricas relacionadas a um trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo cujo objetivo foi a elaboração de projeto arquitetônico de uma cooperativa familiar para os pescadores artesanais pertencentes a Associação dos Pescadores Profissionais, Artesanais e Amadores da Praia João Paulo (Florianópolis-SC), desenvolvido na Universidade do Estado de Santa Catarina em 2018.

No processo de pesquisa, deparamo-nos com as problemáticas da qualidade ambiental das águas e da escassez das terras para a prática da pesca artesanal, resultado de um processo de urbanização que se sobrepõe aos territórios tradicionais, acelerado a partir dos anos 1970 na cidade de Florianópolis.

Para compreender este processo, eminentemente territorial, buscou-se desenhar uma geografia histórica da ocupação do litoral catarinense, focando no estabelecimento, desenvolvimento e decadência da pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina. Como aporte teórico, foram estudados autores como Mamigonian (1958), Peluso Jr (1985), Bastos (2000) e Nazareno (2002). Estes estudos foram complementados por entrevistas realizadas com pescadores residentes na área.

Neste percurso teórico, percebeu-se que as relações que a pesca artesanal açoriana estabelece com suas terras e mares são de ordem cultural e identitária, ou seja, destaca-se a noção da terra enquanto *valor de uso*. A especulação imobiliária imprime novos valores a estes territórios, enfraquecendo os laços sociais neles estabelecidos, mas também escasseando as fontes de renda dos pescadores que, tradicionalmente, sempre foram também agricultores. Muitos dos edifícios e casas de alto padrão hoje ocupantes do bairro João Paulo foram construídos em terras anteriormente utilizadas para agricultura de subsistência e extração de lenha pelos agricultores/pescadores. Restando apenas a orla da praia como espaço tradicional dessa cultura, onde se encontram os pescadores pressionados pelo setor imobiliário por um lado, e por outro pela poluição da praia.

A atual situação da praia dificulta o trabalho dos pescadores, pois a faixa de areia, hoje existente, é estreita e puxar as embarcações sobre a camada de lama é quase impossível. Da

mesma forma, muitos pescadores sentem dificuldade ao caminhar sobre a lama calçando botas e com os baldes cheios de peixes optando, assim, por ficarem descalços e suscetíveis a doenças.

2. A HISTÓRIA AÇORIANA EM SANTA CATARINA

A atual região do estado de Santa Catarina, durante o período colonial, foi o extremo sul do território português na América, onde alguns conflitos entre as duas metrópoles ibéricas ocorreram. Por mais que esta região não tenha desempenhado papel significativo no comércio da monocultura da cana de açúcar, como as capitanias hereditárias do sudeste e nordeste; a sua manutenção era importante, visto o interesse da Coroa Portuguesa em avançar seus domínios sobre as riquezas do rio da Prata.

Comparando-se com outras regiões litorâneas da colônia, a região de Santa Catarina foi povoada tardiamente, segundo Paulo Lago (1961, p. 142), somente após “a consolidação ocupacional do Brasil Sudeste e do Nordeste”. Não por acaso, nomes de bandeirantes paulistas como de Francisco Dias Velho fazem parte da história do povoamento da região, estando a serviço da coroa em seu processo de interiorização pela colônia; e na busca de “alternativas lucrativas em áreas com ociosidade de recursos tais como terras, matas, pescados, etc.” (BASTOS, 2000, p. 128).

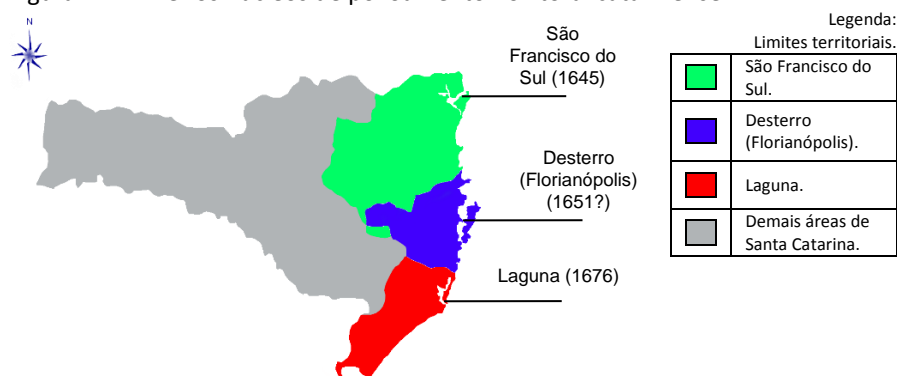
Nessa época o regime de terras do Brasil colônia era o mesmo que Portugal utilizara no século XIV em suas terras europeias, o sistema de sesmarias. Este consistia na concessão de uso de terras da coroa para terceiros, havendo a expropriação das mesmas caso não fossem aproveitadas. De acordo com o Nazareno (2002), a implantação de sesmarias em solo colonial se justificou no sucesso atingido em Portugal ao reduzir os problemas socioeconômicos refletidos pela baixa produção de alimentos.

Distinguindo-se, porém, da experiência luso nos aspectos práticos, ao propiciar a formação de latifúndios, o nascimento de uma nobreza agrária e o surgimento de uma massa de pequenos proprietários que tinham acesso à terra somente por meio da doação, da compra ou da simples posse pacífica. Tais resultados se devem à aplicação do sistema sesmarial exatamente como fora elaborado para os problemas portugueses, sem levar em consideração, portanto, aspectos singulares da colônia.

Os primeiros núcleos de povoamento do estado foram São Francisco do Sul, Desterro (atual Florianópolis) e Laguna (Figura 1, na página seguinte). Segundo Cabral (1994), o período de imigração açoriana e madeirense foi de 1748 a 1756. Era uma travessia do Atlântico que durava aproximadamente três meses. As notícias de que muitas mortes ocorriam durante as viagens logo chegaram ao Arquipélago dos Açores e a Ilha da Madeira, desencorajando famílias e obrigando as autoridades a embarcar compulsoriamente pessoas com idade avançada, doentes e inválidos; compondo, desta forma, o quadro de aproximadamente cinco mil imigrantes, sobretudo açorianos. Esses imigrantes são os responsáveis por um dos alicerces da cultura açoriana presente no litoral catarinense. Como podemos observar nas habitações coloniais, tradições folclóricas, técnicas pesqueiras, renda de bilro entre outras influências.

A distância entre esses três povoados, segundo Paulo Lago (1961), impossibilitou o surgimento de uma economia dinâmica que as dessem a oportunidade de se destacarem diante do cenário de exportação da monocultura canavieira; obrigando-as a exercerem as mesmas atividades, a agricultura e o pequeno comércio externo de produtos extraídos da pesca (peixe seco), da farinha de mandioca e da carne salgada, por exemplo.

Figura 1 - Primeiros núcleos de povoamento no litoral catarinense.



Estado de Santa Catarina, Brasil.

Fonte: Adaptado de Santa Catarina (1991).

2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Do mesmo modo que havia o interesse luso de avançar suas posses até ao rio da Prata, era extremamente necessário resguardar suas terras contra qualquer investida das demais metrópoles. Para tanto, os serviços prestados por bandeirantes paulistas também resultavam em ocupações efetivas das regiões. Como é o caso da região de Florianópolis que, para Bastos (2000), acompanhando as ocupações, foram construídas fortificações estrategicamente instaladas, a fim de proporcionar não só condições favoráveis ao povoamento e à realização do pequeno comércio fornecedor de produtos alimentícios. Mas salvaguardar o território contra quaisquer tipos de invasões estrangeiras. Assim, os povoados fronteiriços tinham apenas o intuito de preservar o território luso, não existindo, inicialmente, interesse econômico direto da coroa na região.

A escolha por imigrantes açorianos e madeirenses encontra justificativas no oportunismo da coroa, ao se aproveitar dos problemas causados pelos constantes abalos sísmicos nos arquipélagos, da fraca economia local e da escassez de alimentos decorrente do excesso populacional (PIAZZA; HÜBENER, 2003 *apud* SANTOS, 2011). Ainda, segundo Santos (2011, p. 42), a Coroa Portuguesa “camuflava os verdadeiros objetivos que eram meramente estratégico-políticos. Ou seja, a defesa dos domínios portugueses”. Atraindo, assim, imigrantes açorianos e madeirenses que sonhavam com melhores condições de vida.

Aos casais fora prometido terras, transporte gratuito, armas, ferramentas, animais, farinha e isenção militar. No entanto, vários destes ítems jamais foram cumpridos, tendo permanecido sujeitos ao confisco de alimentos e recrutamento para a construção de fortes e a ampliação dos contingentes militares. (LISBOA *et al.*, 1997, p. 62).

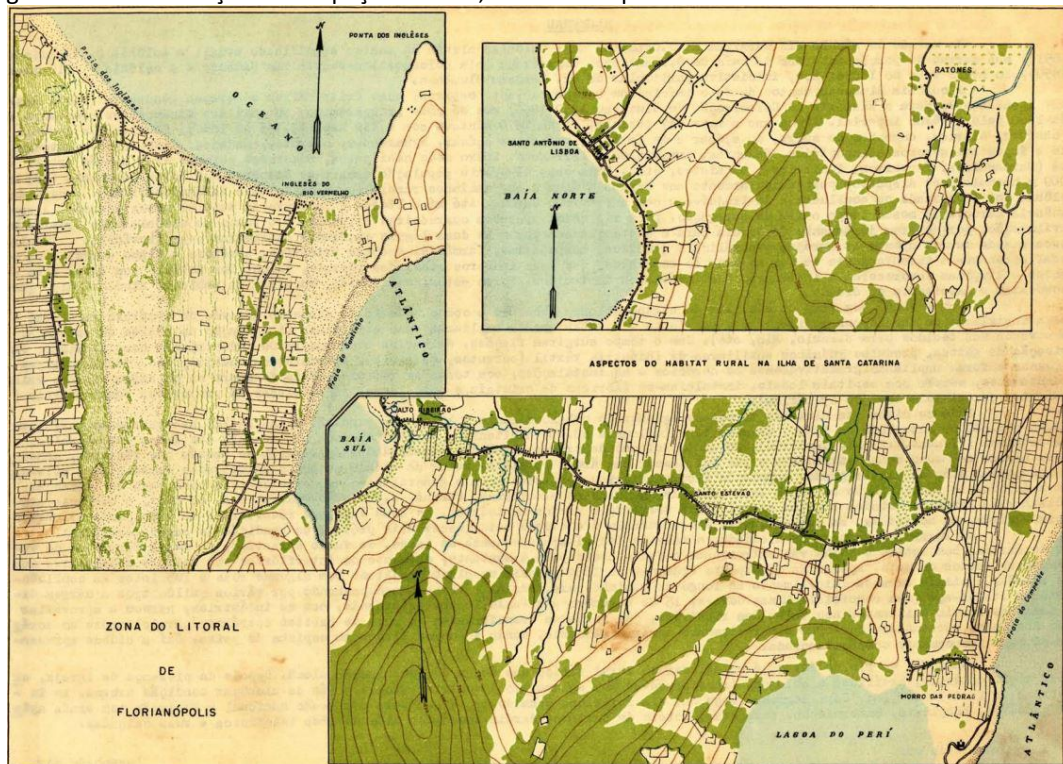
Originários de arquipélagos de origem vulcânica, portanto, terras férteis, os imigrantes possuíam conhecimento em agricultura; sendo, inclusive, a experiência açoriana com sistema de *Plantation* anterior a brasileira. De início, segundo Lisboa *et al.* (1997), aos novos colonos fora oferecido lotes de um quarto de légua em quadrado, mas acabaram optando por lotes menores para se estabelecerem mais próximos um dos outros. Destaca-se também, segundo Nazareno (2002), a posse como outra característica marcante do regime de terras brasileiro, sendo a forma mais recorrente dos pequenos produtores terem acesso à terra. A posse ocorreu desde o início do povoamento, “bastando chegar a qualquer área em que não houvesse morador, nela instalava-se passando a considerá-la sua [...]” (PELUSO JR., 1985 *apud* NAZARENO, 2002, p. 117). Era através dela que de fato ocorria a distribuição de terras, ao contrário do sistema de sesmaria que favorecia a sua concentração e formação de elites agrárias.

Todavia o conhecimento em cultivar a terra era insuficiente diante das características climáticas e geomorfológicas do litoral catarinense. Como exemplo, o trigo, base da alimentação europeia, não se adaptou plenamente às condições tropicais; restando-lhes cultivar alimentos de tradição indígena como a mandioca, que se tornou indispensável enquanto base alimentar.

Com exceção da pesca baleeira, para extração de óleo para a Europa, que foi monopolizada e incentivada financeiramente pela coroa até 1850, uma colonização fortemente pesqueira não era interesse da coroa. Seus incentivos à fixação dos imigrantes na terra eram abaixo do esperado, como mencionado anteriormente. Contudo, a colonização açoriana se principiou na agricultura, havendo, portando, predomínio desta sobre a atividade pesqueira (SANTOS, 2011).

Durante os anos decorrentes da vinda açoriana, desenvolveu-se uma agricultura, incompatível à lógica latifundiária exportadora, pautada na pequena propriedade e com predomínio da mão de obra familiar (LAGO, 1996). Foi ao longo das vias que margeavam o litoral, ou que seguiam em direção ao interior dos territórios, que se instalaram as propriedades açorianas. Estas tinham como característica serem ocupações em fita (Figura 2) dispostas perpendicularmente em relação as vias (MAMIGONIAN, 1958). Havia ainda as dificuldades relacionadas a qualidade do solo das baixadas litorâneas, geralmente pobres. Este tipo de solo, com características arenosas, somado à técnicas agrícolas rudimentares resultavam em baixa produtividade.

Figura 2 - Demonstração da ocupação em fita, em Florianópolis.



Fonte: Mamigonian (1958).

Existiam terras mais favoráveis à agricultura próxima ao litoral, que são os trechos de encostas. Mas a predominância de uso das baixadas para cultivo se justificava no equilíbrio existente entre os recursos técnicos e investimentos disponíveis, e a facilidade de acesso e uso da terra. Dentro desta lógica, o cultivo da terra, segundo Bastos (2000), desenvolveu-se com base na policultura de subsistência, através do plantio da mandioca, do milho, do arroz, do café sombreado e outros gêneros complementares, e na comercialização de pequenos excedentes para a melhoria das propriedades. Facilitado, ainda, pela localização de Florianópolis, entre as duas principais cidades da “fachada atlântica Sul Americana – Rio de Janeiro e Buenos Aires.” (PELUSO JR., 1991 *apud* BASTOS, 2000, p. 130).

Do mesmo modo que em outras regiões da colônia, Portugal jamais teve interesse, senão em alcançar seus objetivos mercantilistas. Aos imigrantes, portanto, restaram-lhes prover seus próprios meios de sobrevivência. Paulo Lago (1961) salienta que além dos três primeiros povoados outros foram criados com o mesmo objetivo de proteger o litoral; muitos, porém, foram abandonados diante das dificuldades defrontadas pelos novos habitantes, optando pela migração para núcleos com maiores probabilidades de prosperidade. Ressalta-se que, mesmo diante de dificuldades, outros núcleos obtiveram sucesso, transformando-se em vilas e posteriormente em cidades. É o caso de Henrique Laje (ex-Imbituba), São José, Tijucas, Palhoça e Porto Belo; o que contribuiu para a consolidação da cultura açoriana no litoral catarinense.

As relações sociais entre familiares também estavam de alguma forma ligadas aos afazeres na terra, pois na agricultura todos os membros da família desempenhavam alguma função. Na época da farinhada, por exemplo, cada um possuía uma tarefa já determinada. Enquanto uns cuidavam da colheita da mandioca, outros ficavam por conta da produção da farinha (SANTOS, 2011). As tarefas também eram divididas segundo o patriarcalismo familiar, ficando mulheres e crianças com atividades menos importantes e de menor esforço físico, enquanto os homens se concentravam no comando do engenho (MALUF, 1993 *apud* VAZ, 2008).

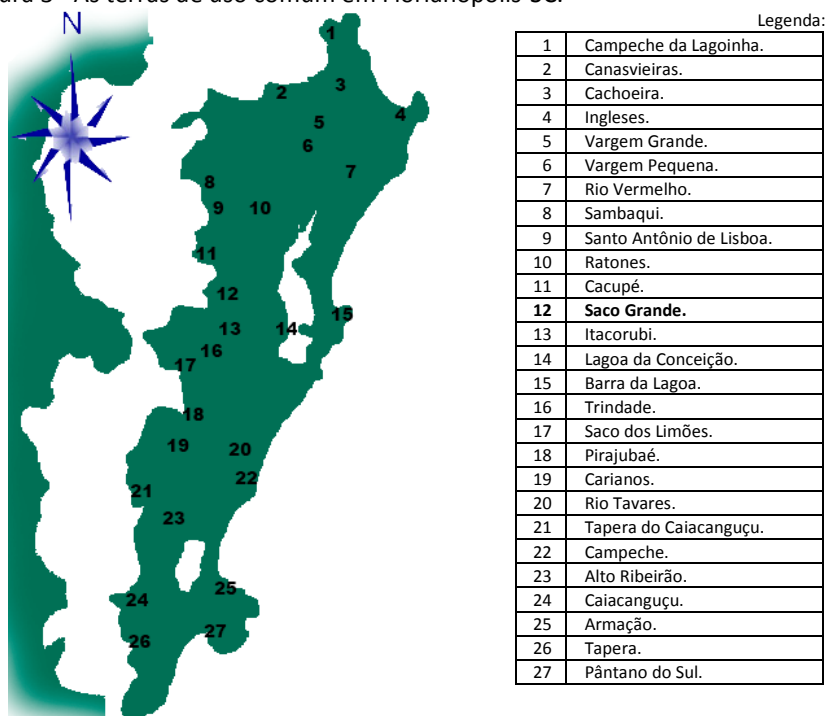
Problemas decorrentes do esgotamento do solo, questões de herança, a falta de apoio da Coroa Portuguesa, entre outros, fizeram com que a atividade agrícola se tornasse cada vez mais penosa com o decorrer do tempo. Assim a pesca que antes era uma atividade complementar à agricultura começa a se destacar tanto dentro da economia de subsistência, quanto como expressão cultural açoriana.

Como a agricultura era problemática, requerendo técnicas e conhecimento do mundo tropical, a criação do gado não bastava para formar base econômica, pois esbarrava em vários problemas do meio ecológico e de outras ordens; restaria ao colono a dinamização da atividade à qual, em grande parte já, se encontrava afeiçoado - "a pesca". Desta feita o mar foi favorável. (LAGO, 1961, p. 144).

O imigrante se viu, assim, inserido em uma espécie de sazonalidade, dividindo o seu tempo entre a atividade pesqueira e a agrícola. Nos meses de inverno o pescador concentrava seus esforços para retirar do mar o máximo que lhe pudesse contribuir para o seu sustento. Ao passo que nos meses mais quentes todas as rotinas ligadas à agricultura ganhavam espaço nas comunidades.

Além das terras que cada família recebera ao chegar à região, ou às que simplesmente possuíam, ainda havia as terras de uso comum (Figura 3) utilizadas para complementar a subsistência. Dessas terras podia-se retirar lenha e madeiramento para as edificações, além disso, serem usadas no pastoreio e plantio, e até mesmo para expansão das comunidades (NAZARENO, 2002).

Figura 3 - As terras de uso comum em Florianópolis-SC.



Fonte: Adaptado de NAZARENO (1989).

Ainda existiam propriedades pertencentes a lavradores mais abastados que também eram tipos de espaços comunais, como os engenhos de farinha e cana de açúcar, em que “os mais pobres faziam uso dos engenhos somente após os proprietários, e normalmente pagavam seu uso com a força de trabalho na lavoura dos proprietários.” (SANTOS, 2011, p. 47).

O regime de terras implantado no Brasil colônia ia ao encontro do princípio do *Uti possidetis*, preconizando que a posse, por direito, pelas metrópoles ibéricas somente caberia a quem ocupasse a terra de fato. Em termos práticos, o não estabelecimento de uma ocupação efetiva da terra, resultaria na desapropriação da mesma, passando a compor o quadro de terras denominadas, terras devolutas; sendo que muitas dessas terras eram de sesmeiros. Nazareno (2002) ressalta que uma grande parcela das terras de Florianópolis, principalmente no interior da ilha, eram terras devolutas simplesmente porque os sesmeiros as abandonavam em decorrência da dificuldade em mantê-las produzindo. E contraditoriamente, mesmo diante deste fato, a coroa concedia o uso a novos sesmeiros, preocupada simplesmente em sua ocupação.

2.2 MODERNIZAÇÃO DO DIREITO DA TERRA E A PESCA ARTESANAL

Um ponto-chave para compreender a situação atual dos pescadores artesanais está na Lei de Terras, de 1850. É a partir dela que se dá início à propriedade privada no Brasil. Segundo Nazareno (2002), com a referida lei, as terras devolutas pertencentes ao rei de Portugal,

passam a ser consideradas como patrimônio público do Império. Deste modo, ao invés de conceder o uso de suas terras, como fizera a Coroa Portuguesa, elas agora poderiam ser vendidas ganhando a condição de propriedade privada.

Havia, em Santa Catarina, o reconhecimento da tradição açoriana que recorria, quando preciso, às terras comuns. Estas, não possuíam documentos oficiais que comprovassem seu usufruto; mas sendo legitimadas no uso e costume que transcendia as gerações.

No período colonial e no Império, as legislações que reconheciam o usufruto comum da terra evidenciavam o reconhecimento oficial de sua existência e necessidade para as comunidades, sendo plenamente observado em leis, decretos, posturas, tanto municipais, quanto provinciais e mesmo imperiais. (NAZARENO, 2002, p. 128).

Entretanto, a situação do regime de terras é agravada em Santa Catarina, em prejuízo aos pequenos produtores que se apoiavam nas terras comunais. O Estado agora entendia, através dos “Decretos nº 66 de 28-10-1931 e nº 46 de 11-07-1934 e a Proposta de Consolidação da Legislação de Terras do Estado de Santa Catarina de 1947” (NAZARENO, 2002, p. 130), que as terras diretamente ligadas às tradições e história dos pequenos produtores, eram passíveis de serem comercializadas caso fosse reconhecido que o propósito ao qual foram destinadas não era mais exercido; e da venda dessas terras obtivessem “positivas vantagens para o Estado.” (NAZARENO, 2002, p.131). Diante disso, algumas terras de uso comum foram comercializadas em virtude de sua localização.

Grande parte das terras de uso comum da Ilha estavam localizadas em regiões planas, de formação geológica recente, em que dominam as restingas, mangues, dunas, vegetação de praias ou florestas de planícies quaternárias, com presença de brejos pantanosos, juncos e tiriricais. Essa relação entre elementos naturais e uso comum evidencia o pouco interesse econômico que tais áreas então demonstravam, só possível com gastos muitas vezes elevados, como drenagens e técnicas de melhorias do solo. (NAZARENO, 2002, p. 131).

Com essas condições geomorfológicas dificilmente um pequeno produtor poderia prover da terra algo além de pasto para os animais, madeira para lenha e outros recursos renováveis. Qualquer cultivo agrícola exigia investimentos que estariam muito além de suas capacidades econômicas. Não tardou, portanto, para que essas terras se tornassem potenciais objetos de apropriação individual.

A Lei de Terra, na prática, também foi a legalização da comercialização ilícita de terras públicas, como no caso de Santa Catarina,

[...] todo um característico sistema de concessão de “favores”. Mecanismos de transferência de bens públicos via práticas ilícitas são absorvidos pelo poder público e por particulares, que tornam-se inclusive coniventes com a

ocorrência “de fraudes e falsificações de documentos”. (AGUIAR, 1993, *apud* NAZARENO, 2002, p. 125).

O cultivo da terra por meio da posse sempre ocorreu, como explicitado, pelas massas de pequenos proprietários que não tinham acesso à ela pelo sistema de sesmaria. Durante o período entre a independência, 1822, e a Lei de Terras, 1850, tal regime foi oficializado, mesmo que brevemente (NAZARENO, 2002). O intuito era manter os direitos, historicamente adquiridos, das populações tradicionais. Pois é da terra que retiram seu sustento, e é no fazer cotidiano sobre ela e o mar que se constrói e solidifica sua cultura. Percebe-se, portanto, que a Lei de Terras é promulgada, tornando-se um impeditivo para tais avanços, dificultando o acesso à terra. Ao mesmo tempo em que ratificou uma elitização já presente desde o período das sesmarias.

2.3 PESCA ARTESANAL, URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

A partir da década de 1960, Florianópolis começa a entrar em um ritmo acelerado de urbanização, acompanhando o cenário de industrialização e crescimento urbano nacional, iniciado na década de 1950. Como salientam Moreira e Diegues (2001, p. 107), sobre a costa brasileira, “essa expansão se fez mais aguda a partir dos anos 70, com a implantação de grandes pólos industriais petroquímicos e metalúrgicos no litoral sudeste-sul [...]”. Essas mudanças socioeconômicas dão continuidade ao processo iniciado com a Lei de Terras, agravando a perda da função social da terra e o fornecimento, por ela, de subsistência em conjunto com a pesca às comunidades.

Como já não bastasse as dificuldades decorrentes de uma agricultura que se mostrava limitada em relação ao solo e a falta de técnicas agrícolas eficazes, e de uma pesca que se apresentava como “instável decorrente do surgimento ou não de espécies [...]”. (LAGO, P., 1961, p. 157). A urbanização, do modo como ocorreu, acentuou tais dificuldades. A terra começou a perder seu valor de uso conforme o valor de troca foi se acentuando diante da especulação imobiliária que a urbanização fomentava.

Quando a urbanização passa a se expandir, a agricultura e a pesca decaem, e a terra começa a ganhar valor, a relação do homem com a terra não pode ser mais de posse. A condição legal primeira para a urbanização [...] é o título de terras. (RIZZO, 1999, *apud* NAZARENO, 2002, p. 126).

Com o título, temos a terra de posse transformando-se em terreno; um bem imóvel que em algumas circunstâncias também não escapou das irregularidades, como salienta Nazareno (2002, p. 127) ao citar Amora (1996): “muitas áreas foram apropriadas através de invasões e depois revendidas com a utilização da transferência de uma falsa posse”.

A produção pesqueira artesanal, após 1930 e dentro de suas possibilidades, permaneceu forte por mais algum tempo, entretanto, não conseguindo absorver o seu excedente populacional (BASTOS, 2000). A situação dos pescadores artesanais, segundo

Moreira e Diegues (2001) viria a se agravar ainda mais com as ações governamentais, através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), favoráveis à indústria pesqueira moderna, a partir do final da década de 1960, transvertidos em incentivos fiscais a esse setor industrial. Ainda com relação a SUDEPE, Bastos (2000) afirma que os favorecimentos à pesca industrial também foram prejudiciais a pesca artesanal de Florianópolis:

Não resta a menor dúvida de que a atividade pesqueira desenvolvida em sua forma artesanal no interior da Ilha de Santa Catarina sofreu as consequências dessas mudanças, tanto pelo fato de o Estado, capturado pelos latifundiários feudais e pelo grande capital industrial passar a conceder incentivos fiscais – via SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) – para pesca industrial embarcada, marginalizando a artesanal como também pela chegada da cidade até a praia (processo de balnearização). (BASTOS, 2000, p. 135).

Outro fator que contribuiu para o agravamento da pesca artesanal catarinense foi a expansão turística, após 1970. É neste período que se intensifica a integração do centro da cidade com as comunidades mais afastadas. Assim, do mesmo modo em que a rodovia BR-101 conectou, de norte a sul, toda a costa catarinense; a pavimentação das rodovias estaduais no interior de Florianópolis facilitou o acesso aos diversos balneários para o turismo (SANTOS, 2011).

Uma vez inserido no processo de urbanização, em que há a apropriação individual de terras comunais e valorização de terras em regime de posse, o setor turístico foi de encontro às tradições das populações litorâneas. Resultando em “transformação de seu modo de vida tradicional – mudanças nas atividades econômicas e transformações sócio-culturais.” (LAGO, 1996, p. 36). Na visão de Moreira; Diegues (2001, p. 108) “os pequenos produtores costeiros foram aliados de seus territórios tradicionais, expulsos de suas praias para dar lugar a complexos turísticos e hoteleiros.”

Portanto, diante da pressão exercida pela pesca industrial competindo diretamente pelos ganhos da pesca artesanal, do acelerado crescimento urbano convertido em especulação imobiliária e do setor turístico inserido cada vez mais em suas áreas de trabalho, muitos pescadores buscaram como solução para suas dificuldades econômicas a venda de suas terras, ou parte delas. O que, na verdade, não se traduziu em solução, mas no agravamento de suas dificuldades, pois, mesmo se tratando de uma atividade relacionada diretamente com o mar, uma parte significativa dessa atividade tem continuidade em terra como a limpeza dos pescados e a sua comercialização. Sendo assim, ao pescador, considera-se a terra de suma importância, visto que, é a sua base habitacional, é o seu meio de complementação de trabalho, é a sua base de retorno após as longas horas adentro ao mar. Ao vender suas terras e imóveis, o pescador artesanal, assim, dificilmente conseguirá manter o mesmo padrão de vida. Ocorrendo o seu insucesso, não lhe restará opção, senão ser obrigado a migrar para regiões mais longínquas ou para os morros e, conseqüentemente, requalificando-se como mão de obra barata no comércio e outros serviços.

3. O BAIRRO JOÃO PAULO

Para melhor compreensão do bairro João Paulo, buscou-se realizar a análise urbana resgatando a história do bairro antes e após o período de aceleração do crescimento urbano do município, ou seja, após 1960. Esta análise apoiou-se na história oral de alguns de seus moradores, buscando mais vivacidade ao trabalho; contudo, a oralidade não é a definição última da realidade, pois ela é parte da subjetividade de cada entrevistado.

O que para Michael Pollak (1992, *apud* SOUZA, 2015) significa dizer que a história oral é fruto de uma memória que realiza um processo de seleção inconsciente de cada momento e instante resgatado; uma memória que mesmo sendo testemunha dos fatos, pode ser modificada com o passar dos tempos. Portanto, não se busca a comprovação da verdade através das vozes dos entrevistados, mas tornar esta análise urbana mais viva com cada relato e experiência vivenciada pelos mesmos em sua região de moradia.

Como resultado desta análise, temos a confirmação da redução do território da cultura açoriana, conseqüentemente do território pesqueiro. Fazendo com que a comunidade pesqueira local, a Associação dos Pescadores Profissionais, Artesanais e Amadores da Praia João Paulo lutem por soluções para se manterem em atividade, e principalmente, manter a cultura da pesca artesanal presente no bairro.

3.1 JOÃO PAULO, DE 1930 A 1960

O bairro João Paulo localiza-se na região centro-norte de Florianópolis, tendo como limites a rodovia SC-401, a leste; a baía Norte, a oeste; o rio Pau do Barco, a norte; e o bairro Itacorubi, ao sul (Figura 4, na página seguinte).

Como em outras regiões e freguesias da cidade, o bairro se beneficiou da cultura açoriana, sendo terra comunal em um primeiro momento, e posteriormente como área de agricultura e pesca familiar.

As narrativas dos entrevistados relatam um pouco a época agrícola e pesqueira do bairro. Cláudio Manuel da Costa, o Seu Cadinho, 89 anos, que nasceu e viveu boa parte de sua vida no bairro, conta que havia bastante agricultura no bairro¹.

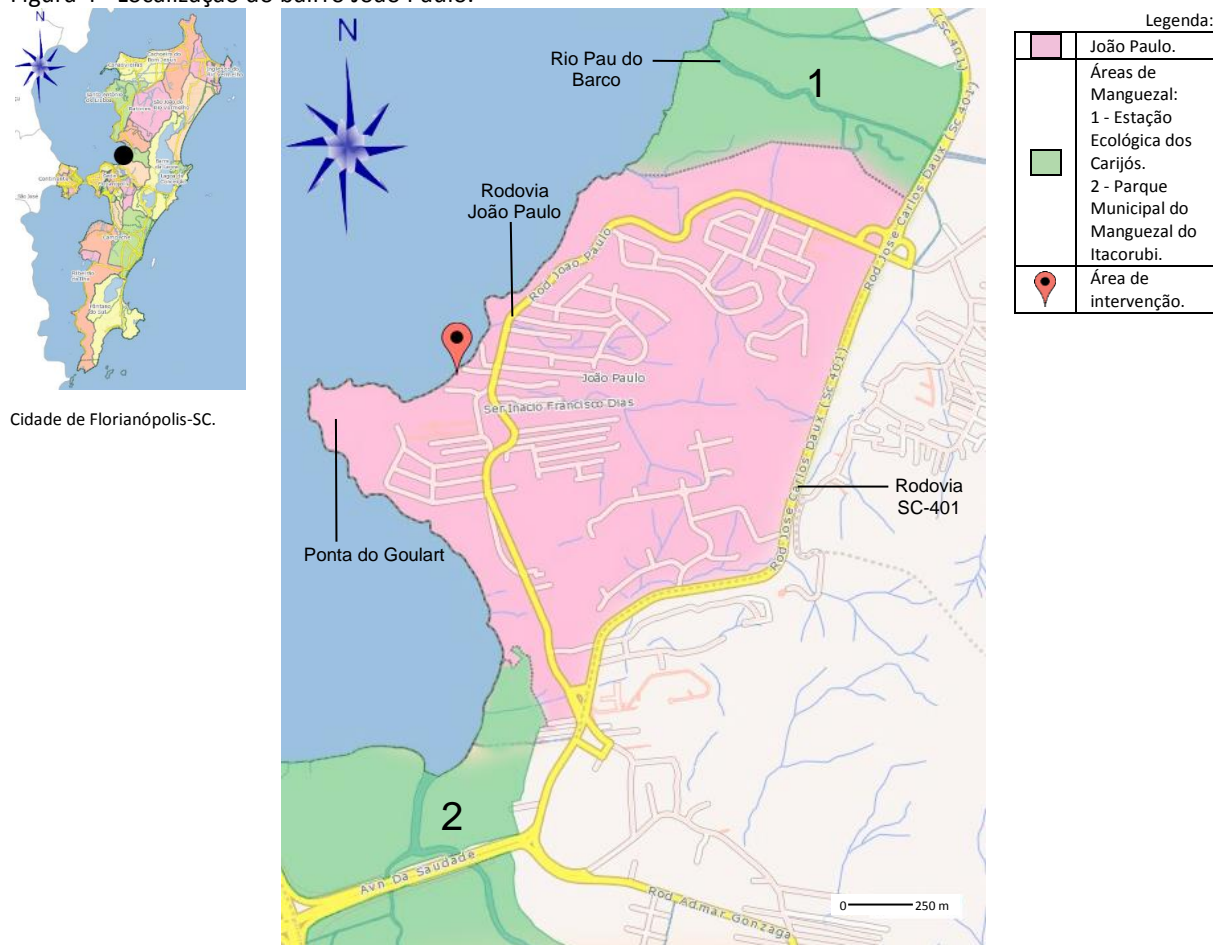
– E meu pai, meu avô, era uma toda gente da roça, de plantar mandioca, de plantar isso, plantar aquilo. [Seu Cadinho].

Seu Calisto, Calisto Manuel Pereira, 80 anos, também afirma que havia muitos agricultores no bairro, porém, sua família era envolvida com a pesca. Ele lembra que na rua onde morava, além de seu pai, os seus tios, Lindolfo e Dorico, e mais um amigo da família, Rodolfo, eram todos pescadores².

¹ Informação fornecida em entrevista por Cláudio Manoel da Costa, em Florianópolis, em 20 de abril de 2018.

² Informação fornecida em entrevista por Calisto Manuel Pereira, em Florianópolis, em 20 de abril de 2018.

Figura 4 - Localização do bairro João Paulo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015.

As informações extraídas das entrevistas e das fotografias áreas de 1938 e 1957 (Figura 5 e Figura 6, na página seguinte), exemplificam o quanto estas atividades faziam parte do cotidiano neste período.

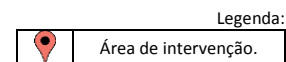
Figura 5 - Ocupação do João Paulo, 1938.



Figura 6 - Ocupação do João Paulo, 1957.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015.



Quando perguntado aos entrevistados sobre suas lembranças na época de sua infância e juventude, Seu Calisto afirmou que antigamente havia muito espaço, predominando uma paisagem com muita vegetação.

– Era tranquilo de brincar, porque tinha pouca casa aqui. [...] Pensa que era assim, um prédio aqui outro ali... Não, era tudo casa pequena e olhe lá. Tudo esculhambado. [Seu Calisto].

Para o Seu Cadinho, no bairro havia muita área para pasto e agricultura, assim como em toda a cidade. Na época de sua infância, trabalhava como quitandeiro, e assim como outros moradores, vendia parte do que cultivava e pescava no centro da cidade.

– Mas os quitandeiros cultivavam na própria terra deles e vendiam? [Autor].

– Alguns, sim. Outros iam passando, por exemplo, no Rio Vermelho e Canasvieiras. Traziam de lá peixes, com carretas. Iam vendendo até ao Mercado. Então, o que a gente comprava era lá do Ingleses, do Rio Vermelho; cebola, alho, melancia. Aqui dava muita

banana, era o safa-onça do pobre... banana e o café. Café porque estimula, ficava mais animado para ir para a briga. [Seu Cadinho].

– Antigamente as casas estavam mais espaçadas uma das outras, não havia essa aglomeração de casas? [Autor].

– Era umas pouquíssimas casas. Era o que a gente chamava de sítio, chácara. Era muito usada aquelas casinhas de estuque, que é o barro, o bambu e a embira. É um tipo de casa que também era mais fácil de fazer. Tinha a frente, a cumeeira e logo em seguida o chão batido para guardar ferramenta; três janelas na frente da casa. Depois, então, veio aquelas casas açorianas grande, onde eram as escolas. Aqui tinha uma escola, onde eu morava antes, e a igreja é ainda a que tem aqui. [Seu Cadinho].

As fotografias aéreas, de certa forma, traduzem o que as narrativas dos entrevistados afirmaram, um bairro com características rurais bem marcantes, em que com o passar dos anos vai surgindo pequenos núcleos urbanos; fotografias de 1938 e 1957 respectivamente. Percebe-se que nessas épocas existia praticamente apenas a rua principal do bairro, que atualmente é a rodovia João Paulo. É ao longo de seu percurso que foram instalando as poucas casas relatadas pelos entrevistados. Nota-se ainda que em ambas as margens da rua, há a presença de grandes áreas sem a floresta primária. Para Oliveira (2004) essas áreas desmatadas representam a extração de madeira muito comum nesse período, além, é claro, do cultivo agrícola.

Ressalta-se, também que neste período, a principal rota do eixo centro-norte, obrigatoriamente passava pela rua principal do bairro. O que confirma a fala de Seu Cadinho, ao dizer que muitos moradores e quitandeiros compravam cultivos dos Ingleses, Rio Vermelho. Visto que, conforme esses agricultores e comerciantes se deslocavam em direção ao centro da cidade, já iam vendendo seus produtos nas localidades por onde passavam.

Neste período, segundo a fala dos entrevistados, a pesca artesanal esteve presente no bairro, porém, dando a entender que em menor número de praticantes. A Dona Maria, Maria de Lurdes Pereira, 78 anos, nascida em Palhoça-SC e criada no João Paulo, durante entrevista afirmou que havia poucos ranchos de pescadores na beira da praia³. Seu Calisto, complementa, lembrando que os pescadores moravam um pouco mais afastados da praia. A praia, então, servia mais para o lazer dos moradores, para a prática pesqueira e local para guardar as embarcações – os ranchos.

Seu Cadinho já relata que, para a época, havia bastante pescadores. Não só no João Paulo, mas em vários pontos por toda a orla, indo até o bairro Sambaqui. Segundo ele, a frota de canoas na praia João Paulo era de aproximadamente dez embarcações.

No período pós 1960, já encontramos o bairro João Paulo inserido no crescimento urbano que ocorria em todo o município. É o período que se começa a presenciar a ocupação

³ Informação fornecida em entrevista por Maria de Lurdes Pereira, em Florianópolis, em 20 de abril de 2018.

das áreas cultiváveis através da construção de novas moradias, e conseqüentemente o declínio da agricultura.

Os espaços destinados ao cultivo que ocupavam cerca de 26% da área do bairro, deixam de existir. Grande parte destes espaços deram origem a assentamentos urbanos, que já são responsáveis por ocupar cerca de 20% da área da localidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 30).

3.2 JOÃO PAULO, DÉCADA DE 1970

Pela fotografia área de 1977 (Figura 7, na página seguinte), o bairro passa apresentar características mais urbanas. Várias servidões foram construídas respeitando as ocupações em fita dispostas perpendicularmente a via principal, rodovia João Paulo. Além dessas vias, podemos observar a rodovia SC-401, facilitando o acesso no eixo centro-norte da cidade.

Para o morador Renato Ribeiro, 63 anos, o Seu Tinga; no período pós década de 1960 ainda havia áreas com mata⁴.

– Aqui onde tem essas casas, antes era tudo mato, tudo coisa nativa... capim colchão. Ali no morro [Cantagalo] era um monte de fruta que tinha e que derrubaram tudo. Ali embaixo [do morro] também, igual, e foram derrubando tudo... derrubaram, acabaram com tudo. [Seu Tinga].

Seu Tinga ainda relata que nesse período inicial de crescimento, havia grandes terrenos, e que durante os anos foram se desmembrando em lotes menores conectados pelas servidões.

– O Saco Grande praticamente se dividia em dois donos, o Seu Jaime e o Carlinhos. Era quase tudo deles. E o João Pio, também. Esse terreno todo [onde a casa dele foi construída] aqui era um só. Aí a população aumentou e foi abrindo rua [servidão]. [Seu Tinga].

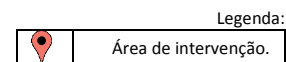
Um fato interessante a ser observado na fotografia de 1977 é a formação de uma floresta secundária, principalmente nas áreas desmatadas para extração de lenha, e em áreas mais elevadas. Pois, como já visto, a ocupação do solo ocorreu da via principal indo em direção ao interior do bairro, aproveitando as áreas abertas pela agricultura. Ou seja, ocupando-se primeiro as áreas de mais fácil acesso e mais planas. Esse início de sucessão ecológica pode ter se beneficiado dos avanços da modernidade como, por exemplo, a energia elétrica e o fogão a gás; uma vez que, um dos propósitos das terras comunais era o abastecimento de lenha à população.

⁴ RIBEIRO, Renato. Entrevista oral. Florianópolis, 20 de abril de 2018.

Figura 7 - Ocupação do João Paulo, 1977.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015.



Esse é um período que para Seu Cadinho é quando começam a verticalizar o bairro. E é o momento, também, em que todos os relatos dos entrevistados sobre as dificuldades de suas épocas começam a ser superadas.

– *Quando começaram a construir os prédios no bairro? [Autor].*

– *De repente isso está fazendo uns 40 anos para cá, que começaram a fazer os prédios. Trinta anos, não sei dizer bem o certo. Hoje está que nem a cidade. [Seu Cadinho].*

Para o Seu Calisto e a Dona Maria o crescimento urbano do bairro foi positivo, pois trouxe mais facilidade aos moradores como, a ampliação do comércio local.

– *Vocês acham que a condição do bairro melhorou ou piorou, após o crescimento do bairro? [Autor].*

– *Melhorou muito. [Dona Maria].*

– *A tendência é melhorar toda vida... [Seu Calisto].*



– E o que o senhor acha? Acha que é positivo para o bairro, ou é ruim para o bairro? [Autor].

– Eu acho que é bom, porque traz movimento para o bairro. Quem tem uma boa grana, bota uma venda, uma coisa assim. [Seu Calisto].

Seu Tinga lembra que tanto as condições do bairro, quanto de sua família melhoram, ou seja, houve uma melhora na qualidade de vida dos moradores.

– Como foi a sua infância e juventude aqui no bairro? Você lembra se tinha muita área de lazer, para brincar? Como que era naquela época? [Autor].

– Aquele tempo não prestava, agora é que está bom. Hoje você pega carro aqui na beira da estrada, pega o ônibus. Antes não chegava no João Paulo, quebrava tudo. Estrada de chão, terra, poeira... As casas não tinham banheiro. Pulga, bicho do pé, piolho não tem mais nada disso. Aquele tempo era uma porcaria, rapaz. Só que o cara tinha mais liberdade, né. Roubo e essas coisas aí, não aconteciam. Mas em compensação antes era uma miséria, hoje não. [Seu Tinga].

– Mas isso, mais ou menos, em que época? [Autor].

– A minha adolescência toda. Meu pai era pescador minha mãe trabalhava de doméstica. A gente passava fome. A gente só vivia tomando café com pão para não morrer de fome. Também tinha o pirão com café. Não tinha banheiro, na época era a tal batente, e o famoso pinico. [Seu Tinga].

– E também não tinha eletricidade? [Autor].

– Era tudo na base do lampião. [Seu Tinga].

– O banho era na água fria? [Autor].

– Para o banho, a gente esquentava a água no fogão a lenha, que na época tinha bastante lenha. Hoje não pode mais ter, mas na época era tudo na base do fogão a lenha. E hoje eu tenho a minha casa com quatro banheiros, tem um só para mim. É totalmente diferente. [Seu Tinga].

E para o Seu Cadinho, que na época de quitandeiro percorria a pé, toda a distância do João Paulo ao Centro, relata com muito agrado o crescimento do bairro.

– Então, o senhor acha o crescimento do bairro melhorou, no sentido de trazer mais facilidade para vocês? [Autor].

– Sem dúvida. É melhor sim. Ônibus né, tem ônibus a toda hora. Todo mundo aqui na rua tem carro. Não tem dúvida. Querer comparar o tempo antigo, não dá. [Seu Cadinho].

3.3 JOÃO PAULO, ANOS DE 1990 AOS DIAS ATUAIS

As fotografias áreas de 1994 e 2016 (Figura 8 e Figura 9, na página seguinte) mostram a continuidade do crescimento urbano do bairro até, praticamente, aos dias atuais. Pela fotografia de 1994, percebe-se a expansão dos núcleos urbanos já instalados ao longo da rodovia João Paulo e nas servidões. Comparando o traçado das vias públicas, entre as duas fotografias, nota-se que a área destinada à ocupação urbana já estava consolidada, pelo menos, desde a década de 1990. Havendo, portanto, de acordo com a fotografia de 2016 a continuidade da expansão desses núcleos urbanos e o surgimento de novos, nos traçados já delimitados.

Figura 8 - Ocupação do João Paulo, 1994.

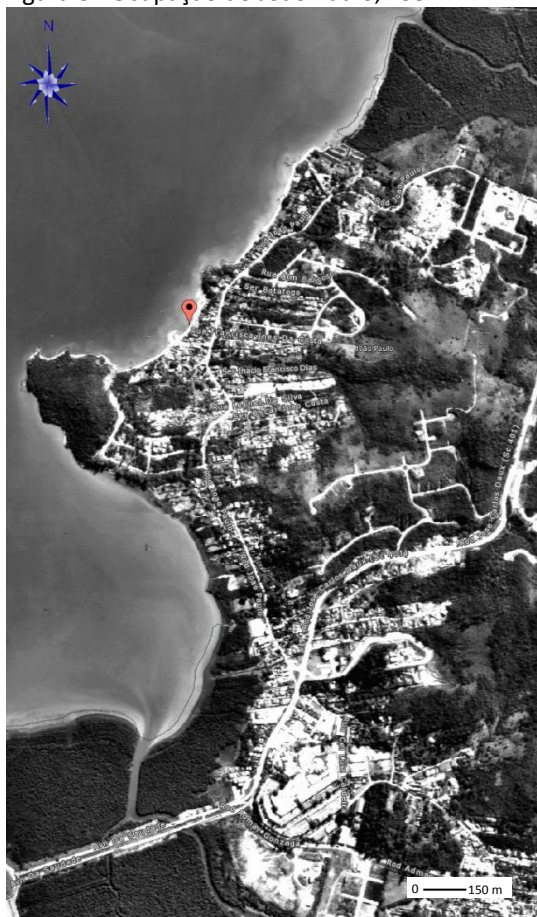
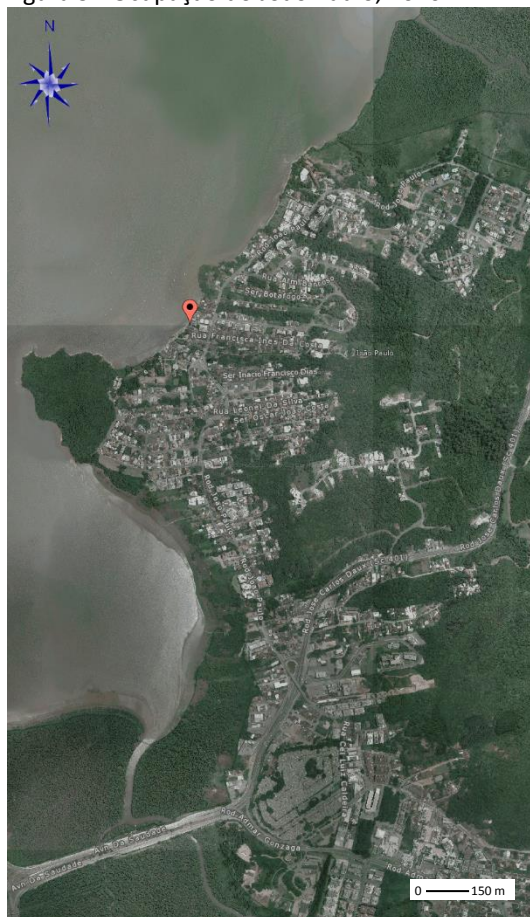
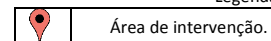


Figura 9 - Ocupação do João Paulo, 2016.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015.

Legenda:

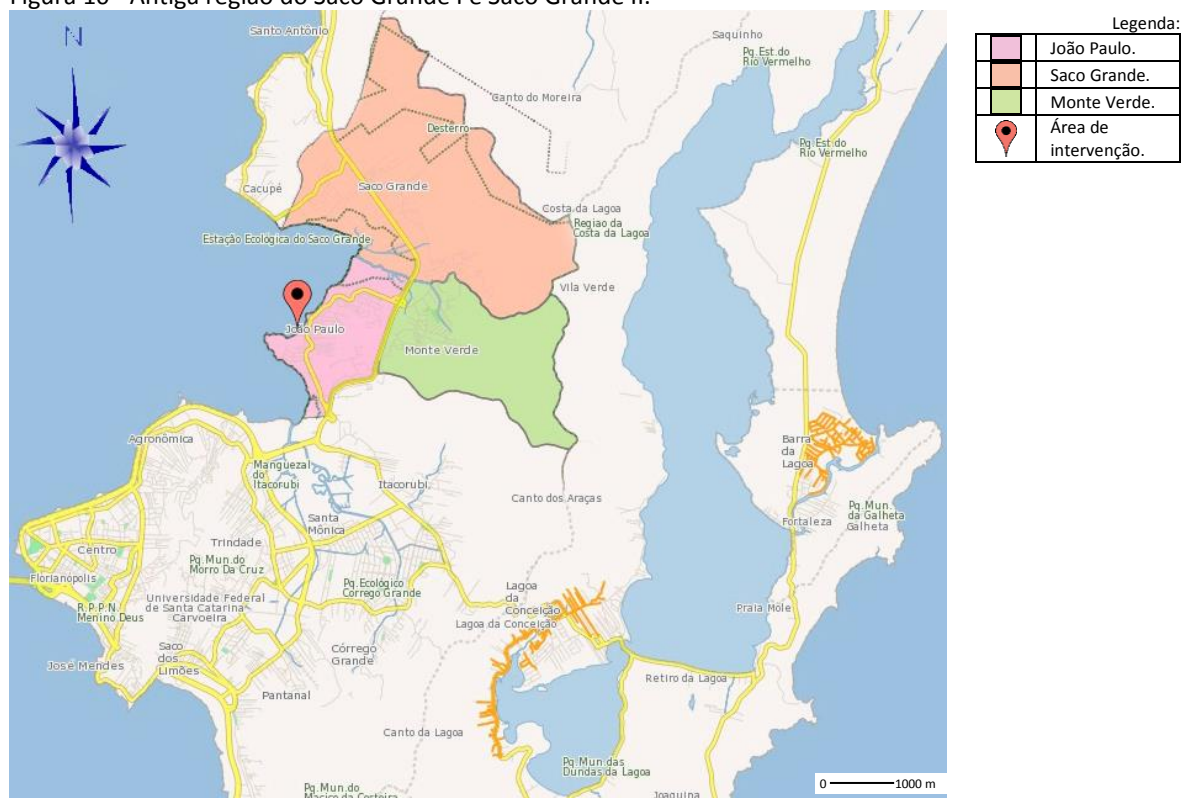


Soma-se a isso, o processo de intensificação da verticalização e construção de casas de alto padrão. Esse é o momento em que o bairro passa a se chamar oficialmente João Paulo. Antes reconhecido como Saco Grande I, o bairro fazia parte de uma área que abrangia o Saco

Grande I e o Saco Grande II, que atualmente é dividido entre os bairros Saco Grande e Monte Verde (Figura 10, na página seguinte).

Seu tinga relata que o bairro já era reconhecido, pelos moradores, como João Paulo, devido a uma parada de ônibus que se localizava em frente ao terreno do morador João Paulo; um morador de muito reconhecimento perante a comunidade.

Figura 10 - Antiga região do Saco Grande I e Saco Grande II.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015.

A alteração do nome do bairro, no mínimo, é coincidente com a inserção de um novo perfil de morador, os de apartamentos e casas de alto padrão. Já que, a alteração de nome é oficializada na data, 21 de julho de 1999, pela Lei nº 5504/99.

[...] a pedido da comunidade o nome do bairro Saco Grande I, foi alterado para João Paulo, pelo Lei nº 5.504/99. A comunidade alegava que sentia vergonha do nome do bairro e que muitas vezes este nome era usado para fazer chacotas. O atual nome do bairro é uma homenagem prestada a uma das figuras mais queridas do bairro, o comerciante já falecido, João Paulo. (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Na entrevista, Seu Cadinho relata o mal-estar que o nome causava, mas chegando a limitar esse sentimento aos novos moradores.

– Quando é que teve a separação do bairro, entre Saco Grande e o João Paulo? [Autor].

– O bairro passou de Saco Grande I para João Paulo não faz muito tempo, não. Pode fazer uns cinco ou seis anos que ainda era Saco Grande. Porque para escrever no cheque Saco Grande né... E tem o nome de Saco Grande porque os portugueses chamavam essas avançadas de enseada de saco. Saco Grande por causa do mar. Mas depois não gostaram porque aí começaram a vir as pessoas da cidade, foi vindo gente de mais habilidade, doutores e isso e aquilo, e no cheque botar Saco Grande? Então resolveram botar o nome do meu tio, João Paulo. [Seu Cadinho].

O ritmo de crescimento urbano que as gestões públicas iniciaram, nas décadas de 1960 e 1970, resultando na proliferação de obras públicas como avenidas e rodovias estaduais que conectam o município; a construção de edifícios estatais, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) entre outras; ratificou Florianópolis como polo administrativo do Estado. O bairro João Paulo acompanhou este processo de crescimento, assim como outros bairros que também passaram pelo mesmo processo para atender a uma nova demanda de moradores; funcionários públicos de classe média (SOUZA, 2015).

Além do bairro ser bem localizado, ainda conta com a beleza natural como atrativo para novos empreendimentos imobiliários. O que pode ter sido determinante para a inserção de uma tipologia de edificações de alto padrão que o bairro apresenta atualmente, visto que, desde a década 1990 Florianópolis é muito bem propagada pelas mídias especializadas em belezas naturais, turismo e lazer como uma das capitais brasileira com melhor qualidade de vida.

Toda esta campanha, que se intensificou a partir do final dos anos 90, resultou numa explosão da especulação imobiliária na ilha, com a atração de pessoas, principalmente paulistas, gaúchos e fluminenses, de alto poder aquisitivo. (HENRIQUE, 2004, p. 173).

Temos, portanto, em quase três décadas a consolidação de um novo quadro socioeconômico, decorrente da inserção de novos pontos comerciais, novos postos de trabalhos, entre outras características que foram surgindo conforme o bairro acompanhou o desenvolvimento da cidade. Concomitante a isso, há a entrada de novos moradores de alto poder aquisitivo, ocupando uma parcela dos terrenos antes destinados à agricultura. O crescimento das famílias tradicionais do bairro, também, acabou por ocupar essas áreas antes destinadas à atividade agrícola, enfraquecendo a importância que as terras tinham como fonte de subsistência. Disso, resulta o fim da prática agrícola no bairro, que tem origem nos tempos das terras comunais. Restando como lembrança dessa época a pesca artesanal, ainda praticada nas orlas do bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a importância que uma cooperativa familiar possa ter para os pescadores artesanais, pressupõe o esclarecimento do que é a cultura açoriana para o litoral catarinense. Propôs, assim, a realização do resgate histórico da imigração açoriana ainda no período colonial brasileiro. Deste período concluímos que boa parte da produção realizada em Santa Catarina destinava-se a subsistência desses novos imigrantes, que atravessaram o Atlântico com o objetivo de alcançarem melhores condições de vida. As suas competências como agricultores e pescadores, logo garantiram que estas atividades fossem realizadas de modo complementares. Plantava-se e pescava-se, portanto, com mais intensidade de acordo com a época dos principais gêneros agrícolas e da reprodução dos pescados.

Com o surgimento da Lei de Terras, em 1850, parte desta tradição começa a se perder, pois as terras comunais passam a ser comercializáveis. Apesar da distância cronológica tentou-se exemplificar esta situação no bairro do João Paulo, através das fotografias aéreas. Deste modo, tivemos no bairro, grandes áreas utilizadas para agricultura de subsistência por famílias tradicionais, e o uso de terras comunais para extração de lenha por todos. Conforme fomos avançando a linha do tempo, a propriedade privada se intensificou até chegar ao que encontramos hoje, um bairro que não apresenta mais resquícios de um passado agrícola, diante de um acelerado crescimento urbano. Sucumbindo, assim, por completo esta parcela da tradição açoriana.

Da tradição açoriana, ainda restam algumas manifestações, sendo a pesca uma delas e talvez a principal. Mas ela é apresentada através de um discurso, até mesmo proferido pelos pescadores, de modo desfavorável diante da especulação imobiliária, do crescimento do setor turístico e da poluição ambiental. A partir deste cenário, o cooperativismo familiar se mostra como alternativa para manutenção da tradição pesqueira açoriana. Pois, a própria comunidade pesqueira do João Paulo enxerga essa possibilidade como solução, buscando através da prática, tornar este sonho parte de sua realidade cotidiana.

REFERÊNCIAS

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. Disponível em: <<http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/Ensaio-sobre-Santa-Catarina-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-comercio-e-pequena-produ%C3%A7ao-mercantil-pesqueira-na-ilha-de-Santa-Catarina.pdf>>. Acesso em: 08 abr 2018.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. CASAN conclui mais uma obra de esgoto em Florianópolis e amplia a cobertura da cidade. 9 jan 2018. Disponível em: <<https://www.casan.com.br/noticia/index/url/casan-conclui-mais-uma-obra-de-esgoto-em-florianopolis-e-amplia-a-cobertura-da-cidade-3#0>>. Acesso: 8 mai 2018.

_____. Maior obra de esgotamento de SC recebe propostas de 14 construtoras, originárias de quatro Estados. 2 jun 2017. Disponível em: <<https://www.casan.com.br/noticia/index/url/major-obra-de-egotamento-de-sc-recebe-propostas-de-14-construtoras-originarias-de-quatro-estados#0>>. Acesso: 8 mai 2018.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

LAGO, Paulo Fernando Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, n. 1, 1961. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n1.pdf>. Acesso: 03 mar 2018.

LISBOA, Armando de Melo *et al.* Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. 2.ed. Florianópolis: Insular, 1997.

MAMIGONIAN, Armen. Habitat rural açoriano. In: Atlas geográfico de Santa Catarina. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (IBGE). Conselho Nacional de Geografia, 1958. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas1958.pdf>>. Acesso: 09 abr 2018.

MOREIRA, André de Castro C.; DIEGUES, Antônio Carlos (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Espacos_UsoComum.pdf>. Acesso: 27 mar 2018.

NAZARENO, José de Campos. Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Curso de Mestrado em Geografia. Florianópolis, 1989. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111479>>. Acesso: 30 mar 2018.

_____, José de Campos. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. Geosul, Florianópolis, v.17, n.34. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13741/12598>>. Acesso: 16 mar 2018.

OLIVEIRA, Fabrício Gabriel Gonçalves. Análise da evolução do processo de ocupação urbana no bairro João Paulo. Florianópolis-SC. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências e Humanas. Florianópolis, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Geoprocessamento. 2015. Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso: 28 abr 2018.

SANTA CATARINA. Atlas escolar de Santa Catarina. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SANTOS, Roberval de Oliveira. Paisagem da Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC): ontem e hoje. 2011. TCC (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Geografia. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000000/000000000013/00001351.pdf>>. Acesso: 03 mar 2018.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Manual de regularização fundiária em terras da União. Organização de Nelson Saule Júnior e Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

SOUZA, Manoela de. Meio ambiente e sociabilidade: um estudo da urbanização no bairro João Paulo, Florianópolis-SC (1970-2000). TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências e Humanas. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179230>>. Acesso: 11 abr 2018.

VAZ, Marcelo Cabral. Lagoa da Conceição: a metamorfose de uma paisagem. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0012-D.pdf>>. Acesso: 21 mar 2018.